

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

Relatório de Atividades e Contas

2021





ÍNDICE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Introdução.....	2
1. Irmandade.....	3
2. Respostas Sociais.....	3
3. Serviço de Medicina Física e Reabilitação.....	7
4. PEA.....	8
5. POAPMC.....	8
6. Projeto “+Cuidador”.....	8
7. II FEAS.....	8
8. Recursos Humanos.....	9
9. Sistema de Gestão de Qualidade.....	12
10. Património.....	13
11. Contratação Pública.....	13
12. Outras Informações.....	14

RELATÓRIO DE CONTAS

1. Introdução.....	15
2. Breve Caracterização.....	16
3. Órgãos Sociais.....	17
4. Respostas Sociais da Instituição.....	19
5. Análise da Situação Económica e Financeira.....	20

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. Identificação da Entidade.....	29
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	29
3. Base de Apresentação e Principais Políticas Contabilísticas.....	30
4. Investimentos.....	38
5. Ativos Intangíveis.....	40
6. Inventários.....	41
7. Rendimentos.....	42
8. Subsídios e Outros Apoios do Governo.....	43
9. Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.....	44
10. Imposto sobre o Rendimento.....	44
11. Instrumentos Financeiros.....	45
12. Fornecimentos e Serviços Externos.....	47
13. Benefícios dos empregados.....	48
14. Outros Gastos.....	49
15. Outras Informações.....	49



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

INTRODUÇÃO

À semelhança do ano anterior, as atividades previstas para 2021 foram condicionadas pelas restrições devido à pandemia Covid-19. A Santa Casa teve de encerrar, temporariamente, o Centro de Convívio, o Centro Social do Pinheiro e a Loja Solidária. Nas restantes respostas sociais, as atividades essenciais e prioritárias foram sempre asseguradas e para tal contribuiu o empenho e dedicação de todos quantos colaboram com a instituição.

A Misericórdia da Calheta continua empenhada no crescimento e na melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade, tendo dado início em abril ao projeto “+ Cuidador”; em maio às Obras de Remodelação e Ampliação do Lar Nossa Senhora da Estrela; em outubro às Obras de Manutenção da ERPI Nossa Senhora da Conceição. Foram adquiridas duas novas viaturas para o SAD e a UAID/REDE para substituição de outras duas que apresentavam muito desgaste e elevados custos de manutenção; para os utentes das duas ERPI’s foi adquirido o programa interativo de estimulação cognitiva da SIOSLife.

Através das suas respostas sociais e serviços e da equipa constituída por 181 colaboradores (trabalhadores, prestadores de serviços e voluntários) a Santa Casa da Misericórdia da Calheta apoiou mais de 900 utentes.

Apesar das circunstâncias e dos desafios destacamos em seguida as atividades concretizadas nas diversas respostas sociais e serviços:



Relatório de Atividades e Contas 2021

1. IRMANDADE

- **30 março** – assinatura do contrato para a empreitada “Obras de Remodelação e Ampliação do Lar Nossa Senhora da Estrela”.
- **09 maio** – Assembleia Geral Ordinária – aprovação do Relatório e Contas 2020.
- **15 de setembro** – comemoração do 25º Aniversário do Lar Nossa Senhora da Estrela.
- **novembro** - foram celebradas missas por intenção dos Irmãos e Benfeitores da Santa Casa falecidos.
- **5 de dezembro** – Assembleia Geral Ordinária – aprovação Plano Atividades e Orçamento 2022.
- **dezembro** – Publicação do Boletim “Horizonte”.

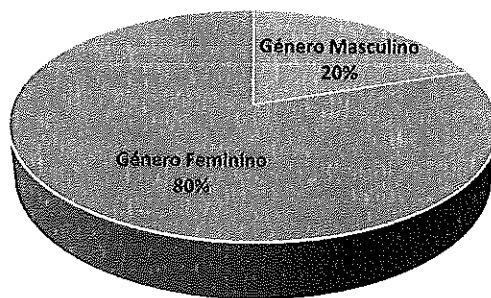
2. RESPOSTAS SOCIAIS

- ERPI's (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas)

Os serviços prestados e as atividades desenvolvidas na ERPI Nossa Senhora da Conceição e na ERPI Nossa Senhora da Estrela são adaptados às necessidades de cada utente e têm como objetivo contribuir para a estabilização e retardamento dos impactos negativos associados ao processo de envelhecimento e para a preservação da sua autonomia e independência.

Em dezembro de 2021 eram apoiados 81 utentes nas duas estruturas residenciais, destes 80% eram do género feminino e 61% situavam-se na faixa etária dos 80 aos 89 anos.

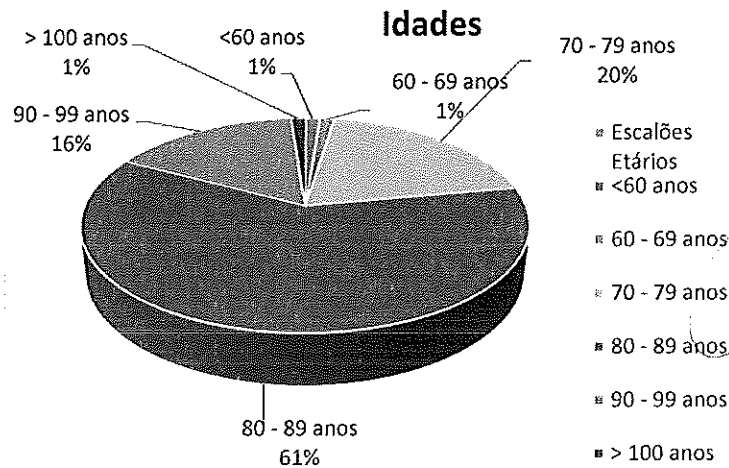
Género



» Género Masculino » Género Feminino



Relatório de Atividades e Contas 2021



Em 2021, devido à COVID-19 mantiveram-se as limitações ao desenvolvimento de atividades, sobretudo as que envolvessem contatos com o exterior. Contudo foi feito um esforço por manter a maior normalidade possível do quotidiano, dando uma atenção individualizada aos utentes, centrada na satisfação das necessidades de vida diária.

Procurou-se comemorar as datas festivas com maior interesse, como Dia de Reis, Carnaval, Páscoa, Dia do Idoso, Magusto, Festa de Natal. Foram feitos alguns passeios ao exterior com grupos mais autónomos e sempre que possível realizou-se a celebração semanal da eucaristia.

As visitas dos familiares foram ocorrendo de acordo com as regras e orientações do Serviço Regional de Saúde, mantendo-se os contatos através de telefone e por vídeo-chamada, o que serviu para minimizar os efeitos do isolamento.

- **Gabinete Social**

No ano de 2021 foram realizados em média 9 atendimentos por mês no Gabinete Social a solicitar internamento em ERPI.

Foram admitidos 13 utentes nas ERPI's, sendo 11 internamentos de longa duração e 2 internamentos temporários.

- **Serviço de Apoio Domiciliário**

O SAD manteve a prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, a indivíduos e famílias que não podem assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou atividades diárias.



Relatório de Atividades e Contas 2021

A 31 de dezembro eram apoiados 246 utentes distribuídos pelas 8 freguesias do concelho:

Freguesias	Nº Utentes por freguesia
Calheta	69
Estreito da Calheta	42
Arco da Calheta	38
Fajã da Ovelha	35
Prazeres	31
Paúl do Mar	14
Ponta do Pargo	13
Jardim do Mar	4

Na continuidade do acordo com o ISSM, durante o ano, foram fornecidas refeições a 60 idosos, em todo o concelho da Calheta cobrindo as necessidades alimentares nos sete dias da semana.

Manteve-se o Serviço de Lavandaria, a distribuição mensal de fraldas e o Banco de Ajudas Técnicas com o empréstimo de camas articuladas e cadeiras de rodas.

- **UAID/REDE**

Este serviço, que consiste na prestação integrada de cuidados de saúde e de apoio social, está incluído na Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados e funciona 7 dias por semana, das 8h às 20h, apoiou em média 6 utentes mensais e outros utentes do SAD.

- **Centro de Convívio:**

Durante o ano de 2021, esta resposta social que tem como principais objetivos satisfazer as necessidades dos utentes e combater a solidão e o isolamento social, proporcionando momentos de convívio e lazer através de atividades ocupacionais, apoiou uma média de 65 utentes por mês.



Relatório de Atividades e Contas 2021

As atividades estiveram suspensas de janeiro a maio por determinação do Serviço Regional de Saúde, devido à pandemia Covid-19. Apesar destes condicionalismos, foram desenvolvidas as atividades que destacamos em seguida:

- Comemoração dos aniversários
- Saídas ao Parque Temático
- Dia do Idoso
- Terço Missionário
- Magusto
- Missa de Natal

• Centro Comunitário do Pinheiro

Nesta resposta social são desenvolvidas, sob coordenação técnica da Autarquia local, atividades de animação sócio-cultural, de forma a ocupar os tempos livres dos utentes. Em Dezembro de 2021 eram apoiados 12 utentes, das atividades desenvolvidas destacamos as seguintes:

- Comemoração dos aniversários dos utentes.
- Celebração do aniversário do Centro Comunitário, dos Santos Populares, do Magusto, e do Natal.

• Loja Solidária

Mantendo a parceria com a Câmara Municipal da Calheta, Paróquia do Atougua e Vicentinos, continuamos a dinamizar a Loja Solidária, que tem como objetivo suprir as necessidades imediatas de famílias carenciadas, através da partilha de vestuário, calçado, acessórios, equipamento doméstico, pequenos eletrodomésticos, livros, brinquedos, entre outros.

Devido à pandemia, a Loja esteve encerrada durante os meses de janeiro, fevereiro e dezembro.

Ao longo do ano de 2021 foram realizados 261 atendimentos.



Relatório de Atividades e Contas 2021

• Voluntariado

Devido à pandemia Covid-19 o Programa de Voluntariado da Instituição "Sou Solidário" esteve parcialmente suspenso, estando ativo apenas na Loja Solidária, com 7 voluntárias.

3. SERVIÇO DE MEDICINA FÍSICA E DE REABILITAÇÃO

O Serviço de Medicina Física e Reabilitação – Fisioterapia conta com uma equipa especializada composta por uma Médica Fisiatra e três Fisioterapeutas que asseguram o tratamento de fisioterapia diário aos doentes.

Como medida de contenção à pandemia COVID19, houve a necessidade de reorganizar o Serviço, de forma a reduzir ao máximo o número de contactos entre as equipas e doentes. Para o efeito, foi concebido um horário de trabalho específico, para que as equipas não se cruzassem, nem utilizassem o mesmo espaço em simultâneo. Como consequência, verificou-se uma redução do número de tratamentos e de pacientes atendidos (-20%).

No ano transato foram disponibilizadas um total de 242 consultas de Fisioterapia, distribuídas da seguinte forma:

TIPO DE UTENTE	QTE	
Utentes Externos	188	77,7 %
Colaboradores	5	2,1 %
Utentes ERPI'S	48	19,8 %
Irmãos	1	0,4 %
TOTAL	242	

No dia 08 Setembro assinalou-se o Dia Mundial da Fisioterapia, com a organização de um evento na promenade da Praia da Calheta. Neste âmbito realizaram-se aulas de demonstração dinamizadas pelas nossas Fisioterapeutas e prestou-se aconselhamento à comunidade em geral. Esta iniciativa, que contou com o apoio da Câmara Municipal da Calheta e da Capitania do Porto do Funchal, serviu ainda para dar a conhecer as diversas atividades desenvolvidas pela Instituição e a promoção da saúde e bem estar. Neste dia, foi também lançado nas redes sociais um vídeo promocional do Serviço de Medicina Física e Reabilitação da Santa Casa.



4. PEA – Programa de Emergência Alimentar

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta cooperou com o Instituto de Segurança Social da Madeira no Programa de Emergência Alimentar.

- PEA 2021 – foram apoiadas, em média, 26 Famílias por mês, abrangendo no total 87 pessoas.

5. POAPMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta cooperou com o Instituto de Segurança Social da Madeira no Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas:

- Foram apoiados mensalmente uma média de 63 agregados familiares abrangendo cerca de 173 pessoas.

6. PROJETO “+ CUIDADOR”

O Projeto “+Cuidador” desenvolvido pela Santa Casa da Misericórdia da Calheta, em parceria com a Escola Superior de Enfermagem São José de Cluny, teve o seu início em abril de 2021.

Este projeto visa avaliar a qualidade de vida dos cuidadores informais dos concelhos da Calheta e da Ponta do Sol, promovendo a sua valorização, capacitação e consequente melhoria dos cuidados prestados e da qualidade de vida dos envolvidos. O “+ Cuidador” pretende ainda contribuir, através do acompanhamento técnico nas áreas social e da saúde, para prolongar a permanência da pessoa cuidada no seu domicílio em alternativa à institucionalização.

Durante o ano de 2021 foram realizadas 29 entrevistas, 21 na Calheta e 8 na Ponta do Sol e 13 intervenções no domicílio. Destes entrevistados foram ministradas competências a um grupo de 8 cuidadores.

7. II FEAS – Fundo de Emergência para Apoio Social

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta cooperou com a Secretaria Regional da Inclusão e Cidadania na atribuição do apoio a indivíduos ou famílias residentes na Região



Relatório de Atividades e Contas 2021

Autónoma da Madeira que se encontravam em emergência social devido a perda de rendimentos provocada e/ou agravada pela pandemia Covid-19 e que viram os seus rendimentos reduzidos.

- O II FEAS 2021 apoiou:
 - 24 Processos, com o total de 62 beneficiários, no valor de 40.054,62€;

8. RECURSOS HUMANOS

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta acolhe anualmente desempregados subsidiados ou em situação de carência económica, ao abrigo dos programas ocupacionais promovidos pelo Instituto de Emprego da Madeira.

Com estes programas, têm uma oportunidade de inclusão social e laboral para além do fator de motivação profissional, proporcionando-lhes uma ocupação útil. O valor social deste trabalho transfere reconhecimento a todos os que nele estão direta e indiretamente envolvidos.

No ano 2021, esta Instituição garantiu a ocupação de 25 desempregados nas mais diversas áreas:

PROGRAMAS DE EMPREGO 2021 (IEM)

POT	15	Auxiliares de Serviços Gerais
	2	Rececionistas
	1	Motorista ligeiros
PARESS II	1	Auxiliar Serviços Gerais
	1	Ajudante Cozinha
Experiência Garantia	1	Auxiliar Ação Médica
PROJOVEM - Estágio Garantia	1	Economista
	1	Assistente Social
REATIVAR	1	Jardineiro/Trabalhador Agrícola
MAIS	1	Ajudante de Manutenção
TOTAL:	25	



Procedimentos para Recrutamento de Pessoal:

Foram realizados seis procedimentos para recrutamento de pessoal, alguns de carácter preventivo, possibilitaram seleccionar profissionais competentes com perfil adequado ao exercício das funções, preenchendo eficaz e rapidamente, as faltas de pessoal.

RECRUTAMENTOS EXTERNOS		
fev-21	Assistente Social	21 candidatos/as
abr-21	Motorista Ligeiros	28 candidatos/as
jun-21	Fisioterapeuta	1 candidato/a
out-21	Ajud. Aç. Direta/ A.S.G.	15 candidatos/as
nov-21	Nutricionista	9 candidatos/as

RECRUTAMENTOS INTERNOS		
jul-21	Encarregada SAD	6 candidatos/as

Medicina do Trabalho:

A Medicina do Trabalho tem como objetivo proteger a saúde dos trabalhadores, prevenir doenças ocupacionais e controlar riscos profissionais. Em 2021 foram realizadas **120 consultas**, bem como os respetivos **exames contratualizados**.

Avaliação de Desempenho:

No ano 2021 foi efetuada a avaliação de desempenho relativamente ao trabalho desenvolvido no ano anterior. A percentagem de trabalhadores avaliados foi de **87%**, ficando por avaliar aqueles que se encontravam ausentes por motivo de baixa médica ou por licenças sem vencimento.

A Média Geral das avaliações efetuadas aos/às colaboradores/as em 2021, relativamente ao ano anterior, numa escala de a 2 a 5, foi de **4,33**, ou seja, "BOM".

Qualificação e Desenvolvimento dos Recursos Humanos:

A Instituição assegura que os/as colaboradores/s têm experiência e competência para cumprirem as suas funções, identificando necessidades e monitorizando a formação ministrada. Em 2021, cumpriu o cronograma do Mapa Anual de Formação, tendo sido



Relatório de Atividades e Contas 2021

realizadas 56 ações sobre os mais variados temas, das quais 18 foram presenciais e 38 efetuadas online, na forma de Webinars.

Aproveitando o conteúdo das formações do “+ Cuidador”, que foi devidamente adaptado, e a disponibilidade da Escola Superior de Enfermagem São José Cluny foi ministrada formação a 24 Ajudantes.

No total foram ministradas 2.155,50 horas formativas, tendo abrangido 82% dos/as colaboradores/as.

Inquéritos de Satisfação aos Colaboradores:

- A Misericórdia mede, regista e avalia a satisfação e motivação dos colaboradores através dos questionários de satisfação.

Em 2021 foram respondidos 106 inquéritos, o que representou uma taxa de resposta de 73%.

Apuradas as respostas, verificou-se que o Grau global de satisfação em 2021, numa escala de a 1 a 4, foi de **3,23 – SATISFEITO**.

Envolvimento e Atividades para Colaboradores:

- De forma a promover a saúde no trabalho, no mês de Janeiro, demos início à ginástica laboral, sob orientação de uma Fisioterapeuta e foram disponibilizadas gratuitamente tratamentos de Fisioterapia.
- No dia 08 de Março comemorou-se o Dia da Mulher na Santa Casa da Misericórdia da Calheta, com a dinamização de uma atividade de dança, que contou com a participação de colaboradores/as da SCMC (ERPI N S Estrela). Foi um momento de lazer e de diversão que contou com uma plateia especial: os utentes do Lar.
- Foi disponibilizada uma Técnica da Instituição para auxiliar os nossos colaboradores no preenchimento e submissão da Declaração Anual do IRS (Mod. 3).
- No dia 01 de Junho comemorou-se o Dia da Criança na ERPI Nossa Senhora da Estrela, com a realização de uma coreografia alusiva ao dia, que contou com a participação de colaboradores de diversos sectores.
- Em Agosto foi realizada uma dinâmica de grupo online, com colaboradores/as de todas as Respostas Sociais, que consistia em partilhar, via e-mail, o seu hobbie/passatempo preferido. Com esta atividade, não só puderam conhecer melhor



Relatório de Atividades e Contas 2021

[Handwritten signatures and initials]

os seus colegas, como também identificar os interesses em comum, criando-se afinidades e melhorando a relação entre os participantes.

- Nos meses de Setembro e Outubro foram realizados passeios de barco à Fajã dos Padres, com o objetivo de promover momentos de lazer, a união de grupo e socialização. Esta atividade, muito apreciada pelos nossos colaboradores, contou com visitas guiadas (gratuitas) às plantações biológicas da Fajã dos Padres, e com o apoio da Associação Cultural e Desportiva de São João (Campanário).
- Foram atribuídos presentes personalizados às trabalhadoras que foram mães e um pequeno brinde aos seus filhos recém-nascidos.
- Mensalmente foi enviado um email aos/às colaboradores/as, com palavras de incentivo e motivação.
- Dado que a situação pandémica não aconselhava/permitia convívios, na quadra natalícia, num gesto simbólico de gratidão pelo trabalho desenvolvido, foi distribuído a cada colaborador/a um *Cabaz de Natal* composto por produtos regionais, em substituição do habitual jantar de Natal.
- Em Dezembro foi enviada uma Mensagem de Ano Novo a todos os/as colaboradores/as.

9. SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE

- Apresentação de relatórios de indicadores em março e outubro.
- Realização de reuniões multidisciplinares periódicas com os responsáveis de Processos.
- Realização de auditorias:
 - P.03 – Admissão e Acolhimento
 - P.05 – Cuidados de Saúde
 - P.09 – Compras
 - P.14 – Serviços Gerais – Frota
 - P.15 – Serviços Gerais – Lavandaria



Relatório de Atividades e Contas 2021

- Realização de inquéritos de satisfação a:
 - Utentes das ERPIs, Centro de Convívio e SAD
 - Colaboradores das ERPIs, SAD e UAID/Rede
 - Utilizadores do refeitório (almoço)
 - Familiares/Responsáveis

10. PATRIMÓNIO

- Início das Obras de Remodelação e Ampliação do Lar Nossa Senhora da Estrela em maio de 2021.
- Início das Obras de Manutenção da ERPI Nossa Senhora da Conceição em outubro de 2021.
- Alienação de imóvel situado no Campanário.
- Manutenção/limpeza em alguns imóveis.
- Preparação de lista de materiais/equipamentos do imobilizado a abater.

11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Foram abertos os seguintes Procedimentos:

- **Procedimento 1/2021** para o fornecimento de Fraldas e de outros bens utilizados na higiene pessoal dos utentes e na limpeza das instalações.
- **Procedimento 2/2021** para a prestação de Serviços de Fiscalização e Segurança em obra para a empreitada: "Obras de Remodelação e Ampliação do Lar Nossa Senhora da Estrela".
- **Procedimento 3/2021** para aquisição de duas viaturas do tipo comerciais para as Respostas Sociais UAID/REDE e SAD.
- **Procedimento 4/2021** para a empreitada: "Obras de Manutenção da ERPI Nossa Senhora da Conceição".



12. OUTRAS INFORMAÇÕES

- A Santa Casa da Misericórdia da Calheta manteve e celebrou Protocolos com diversas Entidades, nomeadamente: Instituto de Segurança Social da Madeira, Secretaria Regional da Inclusão e Cidadania, Escola Superior de Enfermagem São José de Cluny, com a EBS/PE da Calheta e a Escola Profissional Atlântico.
- A Santa Casa esteve presente nos seguintes eventos/encontros:
 - **12 de maio** – Participação na Webinar "365 dias de sorrisos- O cuidado domiciliário ao idoso, em tempo de COVID-19", promovida pela Associação de Desenvolvimento da Ribeira Brava.
 - **13 de maio** – Participação nas III edição Jornadas JM 2021 – Social – no Centro Cívico do Estreito da Calheta.
 - **13 de maio** – Parceria com a KW AREA MADEIRA no âmbito do RED DAY 2021 apoiando na entrega de refeições prontas aos mais carenciados do concelho
 - **22 junho** – Sessão Solene do 519º Aniversário do Município da Calheta
 - **5 de julho** – Cerimónia de Comemoração dos 492 anos da Misericórdia de Machico
 - **dezembro** – colaboração com a Sociedade Ponto Verde para seleção e entrega de 12 cabazes sustentáveis a famílias em situação de vulnerabilidade
 - Ao longo do ano participou nas reuniões do Conselho de Parceiros – GAL ADRAMA.
- A exemplo de anos anteriores foram realizadas Auditorias Financeiras.
- Foram realizadas 20 reuniões da Mesa Administrativa;

Aprovado pela Mesa Administrativa, a 31 de março de 2022.

PROVEDOR – José Mário Sousa Nunes

VICE-PROVEDOR – José Basílio Azevedo Santos

SECRETÁRIO – Manuel Luís Sousa Serrão

TESOUREIRO – Norberto Miguel Sousa Sardinha

VOGAL – Ana Maria Freitas Nóbrega



RELATÓRIO DE CONTAS

I. INTRODUÇÃO

O presente relatório e contas, nos termos definidos no compromisso respeitante à atividade desenvolvida no ano de 2021 pela Santa Casa da Misericórdia da Calheta (SCMC).

Compromisso: constituído por 74 artigos, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Irmandade em 20/06/1985. Foi homologado em 25 de Junho de 1985 pelo *Bispo da Diocese do Funchal* e o respetivo registo foi lavrado pela inscrição n.º 4/91, a folhas 4 do Livro de Inscrição de IPSS considerando-se efetuada em 28 de Julho de 1991, nos termos do n.º 4 do artigo 13º do supracitado Regulamento. É uma Instituição canonicamente ereta – Irmandade da Misericórdia.

Fins: Praticar a solidariedade social, concretizada nas Obras de Misericórdia.

A visão e valores: ser uma resposta social de referência, pela prestação de serviços humanizados que potenciam a inclusão social.

A alteração do compromisso da Instituição SCMC foi aprovado em Assembleia Geral de 21 de abril de 2016.

A 05 de maio de 2016 foi remetido ao Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM.

Nos termos dos Cân. 164-179 do Código de Direito Canónico e do artigo 6.º do Decreto Interpelativo da Conferência Episcopal Portuguesa, aprovou o novo Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Calheta, constituído por quarenta e um artigos e redigidos em vinte e seis páginas, em 31 maio de 2016.

O registo de alteração do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Calheta foi publicado na II série do JORAM, nº 190 de 28 de outubro de 2016 - Declaração n.º 10/2016.

A estrutura orgânica desta Instituição é constituída por 3 órgãos, que são: Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Mesa Administrativa.

Prestar contas é um dos mais nobres atos das instituições, com particular relevo para as Instituições que desempenham funções de natureza pública.



Relatório de Atividades e Contas 2021

É através deste nobre gesto que confrontamos o nosso empenho, na realização dos projetos, ideias e ações com que nos comprometemos nos respetivos Planos de Atividade.

Atentos à dinâmica da SCMC, não é fácil transmitir para o papel a emoção, a alma e a vontade que colocamos na execução do Plano de Atividades aprovado pelos irmãos na Assembleia. Os factos são eles mesmos a inequívoca manifestação da nossa atividade, do nosso empenho e da nossa vontade em termos uma Instituição segura, aceite, credibilizada e útil à população a quem se destina.

Nem sempre é possível agradecer a todos. Trabalhamos para quem necessita dos nossos serviços, trabalhamos por uma Instituição sustentável e de que os irmãos, utentes e colaboradores se orgulhem, fiel aos princípios para que foi criada.

Não seria necessário mencioná-lo mas, para comprovar, está o trabalho voluntário efetuado pelos vários órgãos sociais ao longo dos anos, como prova da capacidade, dedicação à causa e demonstração inequívoca de boa gestão dos recursos.

II. BREVE CARATERIZAÇÃO

As Misericórdias foram criadas há mais de 500 anos, sendo sua fundadora e protetora a rainha **D. Leonor**. Atualmente, em Portugal, as Misericórdias são cerca de 400 e a sua ação abrange todos os setores da vida social, dedicando-se à infância, juventude e terceira idade. Apoiam diariamente cerca de 165 mil pessoas e, para o efeito, contam com mais de 45 mil colaboradores diretos.

A Misericórdia da Calheta foi fundada em 1535, por Alvará Régio de 7 de Outubro, tendo, portanto, quase cinco séculos de existência e está vocacionada, sobretudo, para o apoio à terceira idade.

A partir de 8 de Dezembro de 1991, data da inauguração da sua remodelação, a Santa Casa passou a gerir a “ERPI Nossa Senhora da Conceição”, e em 15 de Setembro de 1996, inaugurou o “Centro Comunitário Nossa Senhora da Estrela” onde funcionam a “ERPI Nossa Senhora da Estrela”, o Centro de Convívio, a Sede Social com os serviços administrativos, os serviços da Rede Regional Cuidado Continuados (UAID-RRCCI), o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e o Serviço de Fisioterapia.

CAE – Classificação de Atividade Económica 87301 – Atividades apoio social para pessoas idosas com alojamento, como principal atividade. Em 2013 foi dado início de atividade a atividade secundária com CAE 88990 – Outras atividades de apoio social sem alojamento. Em 2018 deu-se início de atividade secundária com CAE 86906 – Outras atividades de saúde humana.



Relatório de Atividades e Contas 2021

Edifícios Arrendados

1921 – A Administração conseguiu restaurar o seu edifício próprio, que ainda hoje se mantém e na qual estão instalados os **Paços do Concelho – Câmara Municipal da Calheta**.

Foi celebrado contrato de arrendamento em abril de 1991.

1956 – A Administração presidida pelo comendador Sequeira Cabrita construiu o **Hospital da Calheta**. Sendo despojada após o 25 de Abril de 1974 cessando a sua atividade que era exclusivamente hospitalar.

Posteriormente foi reativada e em janeiro de 1999 foi celebrado contrato de arrendamento.

Em 01-04-2019 deu-se início a Obra de Remodelação e Ampliação do Centro de Saúde da Calheta - Hospital, com auto de receção da obra em 31-07-2020. Em 17-09-2020 realizou-se a sua inauguração.

2001 – Foi celebrado contrato em dezembro de 2001 entre a **Direção Geral dos Registos e Notariado** e a Instituição, para o arrendamento das instalações onde funcionam a Conservatória do Registo Civil e Predial da Calheta.

III. ÓRGÃOS SOCIAIS

A Direção está distribuída pelos diversos órgãos, eleitos a 4 dezembro de 2020 com tomada de posse em 29 dezembro de 2020, para o quadriénio 2021/2024, de acordo com a seguinte estrutura orgânica:

Assembleia Geral: Órgão a quem compete o poder deliberativo sobre as questões mais relevantes da Instituição, sendo integrada por todos os irmãos no plano gozo dos seus direitos, o que confere participação e responsabilidade dos membros nas decisões da Instituição.

A Assembleia Geral, para cumprimento das disposições estatutárias, realiza duas assembleias gerais ordinárias, uma em novembro para análise e deliberação sobre a proposta do Plano de Atividades e Orçamento para o ano seguinte e a outra, no mês de março/abril, para análise e deliberação sobre o Relatório e Contas do ano anterior.

Quando necessário realiza assembleias gerais extraordinárias, não tendo-se realizado nenhuma em 2021.

Tem a seguinte composição:



Relatório de Atividades e Contas 2021

Assembleia Geral (quadriênio 2021/2024)	
Presidente	Francisco Félix Sousa
Secretário	José Gregório Gouveia
Secretário	Armando Alberto Bettencourt Simões Ribeiro

Mesa Administrativa: Órgão por excelência que define as estratégias e a ação da Instituição, competindo-lhe deliberar sobre um vasto e complexo campo de matérias. Toma deliberações em todas as áreas que não se encontrem definidas como competência de outros órgãos e compete-lhe, de entre outras funções, apresentar as estratégias da ação, materializadas no Plano de Atividades e a sua execução no Relatório e Contas.

Tem a seguinte composição:

Mesa Administrativa (quadriênio 2021/2024)	
Presidente	José Mário Sousa Nunes
Vice-Presidente	José Basílio Azevedo Santos
Secretário	Manuel Luís Sousa Serrão
Tesoureiro	Norberto Miguel Sousa Sardinha
Vogal	Ana Maria Freitas Nóbrega
Suplente	Delfim Luís D` Achada Lourenço
Suplente	Ângela Paula Cabral Domingos
Suplente	Maria Fátima Silva Andrade

No decurso de 2021 realizaram-se sessões ordinárias, nas quais foram debatidos e analisados vários assuntos, no âmbito das suas competências.

Conselho Fiscal (Definitório): Órgão de fiscalização da Instituição, competindo-lhe as funções definidas no compromisso, sendo-lhe primordialmente atribuídas o papel de fiscalização do cumprimento das metas definidas no Plano de Atividades e Orçamento.

Tem a seguinte composição:

Conselho Fiscal (quadriênio 2021/2024)	
Presidente	Manuel Vieira de Sousa
Vogal	Manuel Alcindo Costa
Vogal	José Manuel Nunes Pereira
Suplentes	Maria Cecília Pereira Gouveia Cachucho
Suplentes	José Henrique Magalhães e Almeida



IV. RESPOSTAS SOCIAIS DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta desenvolve a sua atividade nas seguintes valências:

ERPI Nossa Senhora da Conceição – Rua das Amoreiras n.º 46, 9380-068 Arco da Calheta, com 26 utentes apoiados.

A Santa Casa desenvolve a sua atividade em espaço que pertence a Fábrica da Igreja do Arco da Calheta.

ERPI Nossa Senhora da Estrela – Rua Estrada Simão Gonçalves Câmara, ER 224 n.º 91, 9370 – 139 Calheta, com 58 utentes apoiados.

O âmbito de ação das valências, ERPI Nossa Senhora da Conceição e ERPI Nossa Senhora da Estrela, consiste no alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para idosos em situação de maior risco de perda de independência e/ou autonomia.

Centro de Convívio – Rua Estrada Simão Gonçalves Câmara, ER 224 n.º 91, 9370 – 139 Calheta, com 65 utentes apoiados.

Desenvolve atividades de apoio a população idosa procurando proporcionar atividades socio-recreativas e de ocupação. Procura fomentar também as relações interpessoais ao nível dos idosos e destes com os outros grupos etários a fim de evitar o isolamento.

Em relação às referidas respostas sociais, ERPI Nossa Senhora da Conceição, ERPI Nossa Senhora da Estrela e Centro de Convívio para Idosos, foi celebrado em 04 de Agosto de 2005 o acordo de cooperação n.º 04/2005 entre o Instituto de Segurança Social da Madeira e a Instituição. Em 2006 foi celebrado uma adenda ao referido acordo, com produção de efeitos a 01 de Maio de 2006. Esta adenda teve por objetivo a revisão do valor da comparticipação financeira, designadamente em resultado de alterações quer, na capacidade das ERPIs e Centro de Convívio, objeto do mesmo acordo, quer no horário de funcionamento da valência Centro de Convívio.

Serviço de Ajuda Domiciliária - Clássico – presta apoio a população idosa em todas as freguesias do concelho da Calheta, numa média de 250 utentes. A Santa Casa presta o seu serviço nesta resposta social tendo por base o acordo de gestão n.º 01/2018 celebrado com o Instituto de Segurança Social da Madeira. Consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados ao domicílio, a indivíduos e famílias, quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas



Relatório de Atividades e Contas 2021

necessidades básicas e/ou as atividades de vida diária, nomeadamente na prestação de cuidados de higiene pessoal e habitacional, e tratamento de roupa.

Serviço de Ajuda Domiciliária - Refeições – tem como objetivo a produção, transporte e distribuição de refeições ao domicílio a 60 Utentes. A Santa Casa presta o seu serviço nesta resposta social tendo por base o acordo de gestão n.º 01/2018 celebrado com o ISSM.

Rede Regional Cuidados Continuados Integrados – UAID – Unidade de Apoio Integrado Domiciliário da Calheta. Foi celebrado acordo de cooperação n.º 01/2018, com o Instituto de Segurança Social da Madeira e o Serviço Regional de Saúde da RAM, E.P.E. Consiste na prestação ao domicílio para pessoas em situação de dependência ou em risco de perda de autonomia, garantindo, em regime de itinerância, a prestação de cuidados continuados, nomeadamente na reabilitação global do utente, na ajuda na aquisição de capacidades e competências dos utilizadores e suas famílias, promovendo a máxima autonomia e autocuidado.

Centro Social do Pinheiro – sítio do Pinheiro, Arco da Calheta. Usufruem deste centro cerca de 12 utentes. A Santa Casa colabora com o Instituto de Segurança Social da Madeira, na gestão deste centro, tendo por base o acordo de cooperação n.º 02/2003. É de referir que o espaço onde está instalado o Centro pertence à Câmara Municipal da Calheta.

Desenvolve atividades lúdicas-didáticas e de convívio com vista a melhoria das condições de vida dos utentes e da sua melhor integração social.

V. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em conformidade com o estabelecido no compromisso da Instituição, mais concretamente, de acordo com o disposto do artigo 21º n.º 1 e alínea c) “Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou compromissórias dos Órgãos e ... apreciar, discutir e votar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior ... propostos pela Mesa Administrativa, ... sempre sob parecer do Conselho Fiscal.”, a Mesa Administrativa apresenta o relatório e contas do ano económico de 2021, para apreciação.

No cumprimento da Lei e do Compromisso para o efeito, apresentamos mapas de pormenor com informação relevante que facilita uma melhor compreensão e análise.

A informação legalmente exigível faz parte integrante do anexo. Porém, apresentamos informação complementar, a qual permite melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação dos irmãos e que resultam da atividade desenvolvida, no âmbito do plano de atividades e orçamento aprovados.



Relatório de Atividades e Contas 2021

Rendimentos

As rubricas com maior realce, designadas de grandes rubricas, são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os rendimentos obtidos, no período em análise, um total de 3 088 230 euros:

Rubricas	2020	2021	Variação 2020/2021	Orçamento 2021	Desvio face ao orçamento
72 - Prestação de Serviços	812 764	836 212	23 448	816 500	19 712
75 - Subsídios à exploração	1 583 699	1 655 767	72 068	1 540 500	115 267
75 - Reversões	95 577	69 710	-25 867	5 000	64 710
78 - Outros Rendimentos e ganhos	478 402	526 025	47 624	551 650	-25 625
79 - Juros e outros rendimentos	1 215	515	-700	1 000	-485
TOTAL	2 971 658	3 088 230	116 572	2 914 650	173 580

Relativamente ao exercício anterior, registamos um acréscimo de rendimento de 116 572 euros.

Em relação ao orçamentado registou-se um aumento de 173 580 euros.

Onde se verificou maiores desvios face ao orçamentado, foram nas rubricas de *Subsídios à exploração* e nas *reversões*.

O desvio orçamental ocorre devido a imprevisibilidade de alguns rendimentos aquando da elaboração do orçamento.

Analisemos no quadro seguinte os rendimentos de uma forma mais desagregada:

Rendimentos	2020	2021	Variação 2020/2021	Orçamentado 2021	Desvio face ao orçamento
Prestações de Serviços	812 764	836 212	23 448	816 500	19 712
721411 - Pensões	510 158	525 022	14 864		
721412 - Comparticipações Familiares	160 635	167 767	7 132		
72144 - Centro Convívio	4 275	2 578	-1 697		
72145 - Centro S. Pinheiro	100	0	-100		
722 - Quotizações	2 510	1 560	-950		
725 - Serviço Fisioterapia	91 573	96 276	4 703		
7272 - Serviços Refeições	34 757	34 207	-550		
7273 - Serviços Lavandaria	711	525	-186		
7274 - Serviços Fraldas	8 045	8 277	232		
Subsídio à exploração	1 583 699	1 655 767	72 068	1 540 500	115 267
7511 - Segurança Social - Acordos	1 487 566	1 541 308	53 742		
7512 - Segurança Social - Programas	65 796	96 502	30 706		
752 - Outras Entidades	30 337	17 957	-12 380		



Relatório de Atividades e Contas 2021

76 - Reversões	95 577	69 710	-25 867	5 000	64 710
7621 - Dívidas a receber	577	69 710	69 133		
7623 - Em Investimentos	95 000	0	-95 000		
78 - Outros rendimentos	478 402	526 025	47 624	551 650	-25 625
7871 - Alienação Ativos Tangíveis	0	150 189	150 189		
7873 - Rendas	100 911	101 446	535		
7881 - Correção Períodos Anteriores	0	285	285		
7883 - Subsídios ao Investimento	243 404	233 164	-10 240		
7885 - Restituição Imposto	253	3 652	3 399		
78861 - Projeto + Cuidador	0	9 862	9 862		
78881 - Reembolso de Despesas	5 253	1 536	-3 717		
78884 - Descontos Financeiros	516	399	-117		
788851 - Donativos Fiscais	10 340	48	-10 292		
788852 - Donativos em Espécie	11 308	5 898	-5 410		
788853 - Donativos não Fiscais	77 008	2 208	-74 799		
78886 - Outros rendimentos	25 999	12 789	-13 210		
78887 - Injunção - Multas	0	400	400		
78888 - Cedência Equipamento	1 095	920	-175		
78889 - Consignação IRS	2 078	3 198	1 120		
78889 - Outros	236	30	-206		
79 - Juros e outros rendimentos	1 215	515	-700	1 000	-485
791-Juros obtidos	1 215	515	-700		
Saldos Totais	2 971 658	3 088 230	116 572	2 914 650	173 580

Gastos

As rubricas de maior relevo, designadas de grandes rubricas, são apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os gastos e perdas, no período em análise, num total de 2 739 390 euros:

Rubricas	2020	2021	Varição 2020/2021	Orçamento 2021	Desvio face ao orçamento
61 - Custo Mercadorias	276 049	308 591	32 542	271 000	37 591
62 - Fornecimentos e serviços externos	216 439	213 277	-3 162	243 150	-29 873
63 - Gastos com pessoal	1 694 378	1 863 851	169 473	1 919 500	-55 649
64 - Gastos de depreciação e Amortização	330 003	329 712	-291	356 000	-26 288
65 - Perdas por imparidade	64 562	9 296	-55 266	10 000	-704
67 - Provisões	44 773	0	-44 773	0	0
68 - Outros gastos e perdas	3 153	14 662	11 509	100 350	-85 688
TOTAL	2 629 359	2 739 390	110 031	2 900 000	-160 610



Relatório de Atividades e Contas 2021

Relativamente ao exercício anterior, registamos um acréscimo de gastos no valor de 110 031 euros.

Em relação ao orçamentado registou-se um decréscimo nos gastos no valor de 160 610 euros.

As *mercadorias vendidas e matérias consumidas* estão sobretudo relacionadas com as aquisições de géneros alimentares, de medicação, de produtos de higiene e conforto e de produtos de limpeza entre outros. Registou-se um aumento de 32 542 euros relativo ao ano anterior.

Os *fornecimentos e serviços externos* dizem respeito aos serviços especializados, a conservação e reparação, aos materiais, a energia e fluidos, as deslocações e transporte, aos serviços diversos e aos encargos com utente. Registou-se decréscimo no valor de 3 162 euros relativo ao ano anterior.

Relativamente aos *gastos de pessoal* registou um acréscimo de 169 473 euros relacionado com a admissão de novos colaboradores e devido ao aumento do Salário Mínimo Regional e consequente aumento na tabela salarial aplicado pela Instituição.

A taxa de 22,3% de contribuição da segurança social mantém-se desde 2018.

Os *gastos de depreciação e amortização* resultaram da aplicação das taxas de depreciação e amortização adotadas, de acordo com as normas legais aplicáveis e em vigor, mantendo-se nos valores do ano anterior.

Quanto às *perdas por imparidade* em 2020 registou-se um valor excecional passando em 2021 para o valor normal das perdas por imparidade de clientes.

Em *outros gastos e perdas* registou-se um acréscimo tendo como fator originário a alienação de um prédio e respetivo custo com imobiliária, intermediária na venda.

Analisemos no quadro seguinte os gastos de uma forma mais desagregada:

Gastos	2020	2021	Variação 2020/2021	Orçamentado 2021	Desvio face ao orçamento
61 - CMVMC	276 049	308 591	32 542	271 000	37 591
612/3-Géneros Alimentares	140 279	139 461	-818		
6142-Medicamentos/Encargos Saúde	37 017	40 873	3 856		
6144-Material Higiene e Conforto	69 259	96 646	27 387		
6145-Material de Limpeza	24 497	27 061	2 564		
6146-Material Escritório/Didático	3 596	3 067	-529		
6146-Material Diverso	1 401	1 483	82		
62 -Fornecimento e Ser. Externos	216 439	213 277	-3 162	243 150	-29 873
6221/2/4 - Serviços Especializados	15 637	15 441	-196	20 000	-4 559
622101-Serviços Informático	8 707	7 869	-838		



Relatório de Atividades e Contas 2021

622102-Desinfestação/Extintor	1 457	836	-621		
622103-Segurança e Higiene Trabalho	182	0	-182		
622104-Sioslife	0	1 446	1 446		
622105-Auditoria Financeira	4 880	4 880	0		
622108-Contratação Pública	411	411	0		
6222-Publicidade	88	213	125	1 000	-787
6224-Honorários	36 915	42 883	5 968	55 000	-12 117
6226-Conservação e Reparação	29 528	31 252	1 724	32 500	-1 248
622621-Reparação Lavandaria	1 675	1 713	38		
622622-Reparação Escritório	0	2 564	2 564		
622623-Reparação Transporte	2 214	10 268	8 055		
622624-Reparação Elevadores	14 551	4 590	-9 961		
622625-Reparação Cozinha	5 724	7 203	1 479		
622629-Outras Reparação	5 364	4 915	-449		
6227-Serviços Bancários	1 788	1 441	-347	1 500	-59
623 - Materiais	22 631	7 149	-15 482	8 250	-1 101
6231- Ferramentas e Utensílios	1 842	4 680	2 838		
6232- Livros e Documentação	18 563	68	-18 496		
6234-Artigos para oferta	1 693	1 242	-451		
6236-Jornais e revistas	533	1 160	627		
624 - Energia e fluídos	81 339	94 080	12 741	88 000	6 080
6241-Eletricidade	35 517	42 338	6 821		
62421-Gás	24 482	31 592	7 110		
62422-Gasóleo	12 554	14 721	2 168		
6243-Água	8 787	5 429	-3 358		
625 - Deslocações e estadas	824	1 198	374	5 000	-3 802
6251/2-Deslocações e Estadas	656	1 067	411		
6253-Transporte Mercadorias	85	60	-25		
6258-Outros	83	71	-12		
Gastos	2020	2021	Variação 2020/2021	Orçamentado 2021	Desvio face ao orçamento
626 - Serviços Diversos	20 851	16 794	-4 056	23 600	-6 806
6261-Rendas e Alugueres	0	4 123	4 123		
6262-Comunicação	5 890	5 379	-510		
6263-Seguros	3 641	3 580	-61		
6265-Contencioso e notariado	1 111	2 010	899		
6268-Outros serviços	685	1 139	454		
6269-Rouparia	9 523	563	-8 960		
627 - Encargos com utentes	6 838	2 826	-4 012	8 300	-5 474
627-Encargos com utentes	6 838	2 826	-4 012		
63 - Gastos com pessoal	1 694 378	1 863 851	169 473	1 919 500	-55 649
6321-Remunerações do pessoal	1 237 197	1 332 705	95 508		
63221-Sub. Alimentação	99 249	102 162	2 913		



Relatório de Atividades e Contas 2021

63222-Horas Extras	92	0	-92		
63223-Feridos	15 782	11 704	-4 078		
63224-Subsidio Turno	23 185	24 506	1 321		
63226-Abono para Falhas	885	947	63		
63227-Subsídio Transporte	16 558	18 787	2 230		
63229-Acréscimo Remuneratório	0	29 815	29 815		
6351-Encargos sobre remuneração	280 998	310 608	29 610		
6352-Fundo Compensação	207	316	109		
636-Seguros acidente trabalho	12 515	17 024	4 509		
6385-Vestuário e Calçado	0	4 980	4 980		
6386-Medicina no Trabalho	2 389	2 673	284		
6387-Formação	1 648	2 659	1 010		
6388-Outros gastos com o pessoal	3 674	4 964	1 290		
64 - Gastos de depreciação	330 003	329 712	-291	356 000	-26 288
642-Ativos fixos tangíveis	329 634	329 712	78		
643-Ativos fixos intangíveis	369	0	-369		
65 - Perdas por imparidade	64 562	9 296	-55 266	10 000	-704
651-Em dívidas a receber	64 562	9 296	-55 266		
67 - Provisões	44 773	0	-44 773	0	0
673-Processos Judiciais	44 773	0	-44 773		
68 - Outros gastos e perdas	3 153	14 662	11 509	100 350	-85 688
6883-Quotizações	1 220	1 340	120		
6871-Gastos em Alienações	0	8 967	8 967		
68881-Gastos Projeto	0	1 050	1 050		
688-Outros	1 933	3 305	1 372		
TOTAL	2 629 358	2 739 390	110 032	2 900 000	-160 610

Conclui-se que apesar dos desvios, a execução não foi prejudicada e que não teve repercussões que pudessem em qualquer momento criar dificuldades de funcionamento.

Investimentos

As aquisições em ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis realizadas no período em apreço totalizaram 43 142 euros, conforme se demonstra no quadro seguinte:

Investimentos	2021	2020
Equipamento básico	3 154	1 583
Equipamento transporte	33 000	0
Equipamento administrativo	5 453	1 803
Outro ativos fixo tangíveis	1 535	1 343
TOTAL	43 142	4 729



Relatório de Atividades e Contas 2021

Foram adquiridas duas viaturas marca Renault Kangoo, com data de aquisição 05-07-2021, com matrículas AH-54-MQ e AH-92-MQ.

As normas contabilísticas estabelecem que um bem do ativo fixo tangível deve ser desreconhecido quando não se espere futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação.

Alguns bens do ativo não corrente deixaram de ser usados na atividade sendo expetável que essa situação se mantivesse no tempo, e não havendo qualquer possibilidade da sua alienação, ainda que por valores inferiores à sua quantia escriturada, deveriam deixar de figurar nas demonstrações financeiras da Instituição, deste modo em 2021 foram feitos abates de determinados bens.

No período em análise foi alienado o prédio urbano doado – U 2072 e duas viaturas com matrícula 20-93-UU e 99-76-MG.

Em 2021 realizaram-se abates e alienações que totalizaram o montante 260 299 euros.

Ativos	31-12-2020	Adições	Abate Alienação	Transferências	31-12-2021	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	446 643				446 643		446 643
Edifícios e outras construções	8 106 232		82 930	1 027	8 022 275	2 414 991	5 607 284
Equipamento básico	756 664	3 154	135 667		624 151	597 396	26 755
Equipamento de transporte	306 309	33 000	30 136		309 173	282 773	26 400
Equipamento administrativo	163 484	5 453	9 020		159 917	159 396	522
Outros ativos fixos tangíveis	76 364	1 535	2 546		75 353	74 132	1 221
Ativo Bruto	9 855 696	43 142	260 299	1 027	9 637 512	3 528 687	6 108 825

Os investimentos em curso teve um acréscimo no ano de 2021, no valor de 775 703 euros, relativo as obras “Obra de Remodelação e Ampliação da ERPI Nossa Senhora da Estrela”, “Remodelação da ERPI Nossa Senhora da Conceição” e da “Obra de Remodelação e Ampliação do Centro de Saúde da Calheta”.

Ativos	31-12-2020	Adições	Abate Alienação	Transferências	31-12-2021	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Obra L.N.S. Estrela	79 845	718 753		1 741	796 857		796 857
Obra L.N.S. Conceição	0	12 781			12 781		12 781
Obra Centro Saúde	0	1 027		1 027	0		0
TOTAL	79 844	732 561	0	2 768	809 638	0	809 638

TOTAL Ativos	9 935 540	775 703	260 299	3 794	10 447 150	3 528 687	6 918 463
---------------------	------------------	----------------	----------------	--------------	-------------------	------------------	------------------



Relatório de Atividades e Contas 2021

Os ativos intangíveis encontram-se totalmente amortizados.

Ativos	31-12-2020	Adições	Abate Alienação	Transferência	31-12-2021	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Ativos intangíveis	7 822				7 822	7 822	0
TOTAL	7 822	0	0	0	7 822	7 822	0

As depreciações no período totalizaram o valor de 329 713 euros e os abates totalizaram o valor de 177 369 euros.

Ativos fixos tangíveis	31-12-2020	Depreciações	Abate	31-12-2021
Edifícios e outras construções	2 123 522	291 470		2 414 991
Equipamento básico	717 403	15 660	135 667	597 396
Equipamento de transporte	298 350	14 558	30 136	282 773
Equipamento administrativo	162 784	5 631	9 020	159 396
Outro Ativos fixo tangíveis	74 284	2 393	2 546	74 132
TOTAL	3 376 343	329 713	177 369	3 528 687

Ativos Intangíveis	31-12-2020	Amortização	Abate	31-12-2021
TOTAL	7 822	0	0	7 822

Quantia Escriturada	3 384 165	329 713	177 369	3 536 509
----------------------------	------------------	----------------	----------------	------------------

O ano de 2021 foi marcado pela continuidade da pandemia iniciada em 2019.

Para colmatar os custos com a pandemia, houve em 2021 um apoio à Instituição por parte do Governo Regional, através da Secretária Regional de Inclusão Social e Cidadania, pela Resolução n.º 70/2021, de 1 de fevereiro, denominado “Fundo de Apoio à Economia Social – Social Ajuda +”, no valor de 56.703€.

Considerando o seu impacto negativo sobre a economia regional e condicionando ou limitando os recursos mínimos garantes da sobrevivência e das condições básicas de vida dos segmentos mais carenciados da população, através da Resolução n.º 71/2021, de 1 de fevereiro, o Governo Regional constituiu um Fundo de Emergência para Apoio Social – FEAS II, do qual a Santa Casa foi entidade parceira na distribuição do apoio à população afetada pela redução de rendimentos.

As atividades de apoio social para pessoas com alojamento – ERPI's, e o apoio social para pessoas sem alojamento - serviço do apoio domiciliário, mantiveram o seu funcionamento. No entanto, houve a necessidade de encerrar de janeiro a maio de 2021 o Centro Convívio da Estrela e o Centro Social do Pinheiro.

Em 30 de março de 2021 foi assinado o contrato de adjudicação da empreitada relativo à “Obra de Remodelação e Ampliação da ERPI Nossa Senhora da Estrela”, entre a Santa



Relatório de Atividades e Contas 2021

Casa e a empresa JRS – Construções, pelo preço contratual de 2.729.225,35€ acrescido do IVA, à taxa legal. Deu-se início dos trabalhos em 03 de Maio de 2021, com prazo de execução de 540 dias, a contar da data da sua consignação.

Conclusão

Com o presente documento, confirma-se a gestão equilibrada, sem por em risco, em qualquer momento, as metas e objetivos propostos.

Face ao que antecede, a Mesa Administrativa propõe à Assembleia Geral o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do período de 2021;
2. Que seja aprovada a aplicação do resultado líquido no valor positivo de 348 840 euros para a conta "Fundos".

A Mesa Administrativa agradece e reconhece o trabalho, dedicação e empenho de todos os colaboradores, que contribuíram de forma crucial para a concretização dos resultados alcançados.

Calheta, 31 de março de 2022

Mesa Administrativa

Provedor (José Mário de Sousa Nunes)

Vice Provedor (José Basílio Azevedo Santos)

Secretário (Manuel Luís Sousa Serrão)

Tesoureiro (Norberto Miguel Sousa Sardinha)

Vogal (Ana Maria Freitas Nóbrega)



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. Identificação da Entidade

1.1 Designação da entidade: Santa Casa da Misericórdia da Calheta

1.2 Sede: Rua Estrada Simão Gonçalves Câmara - ER224 n.º 91 9370 -139 Calheta

1.3 Número de identificação de pessoa coletiva: 511033982

1.4 Natureza da Atividade: A Santa Casa da Misericórdia da Calheta, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, adaptado à Região pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 3/84/M, de 22 de Março, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 4/86/M, de 29 de Março e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 96/91, de 11 de Junho da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, que, se procedeu ao registo definitivo da alteração global dos estatutos da Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

Portaria n.º 78/2007 de 16 agosto da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.

Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M, de 18 de dezembro, que estabelece os princípios orientadores e o enquadramento a que deve obedecer a cooperação entre o ISSM e as IPSS.

Decreto Legislativo Regional n.º 9/2015/M, de 2 de dezembro, que aprova o Estatuto das IPSS.

Compromisso da Santa Casa - Declaração n.º 10/2016 JORAM n.º 190 de 28 outubro, série II, da Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais.

1.5 – Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em unidade de euro, suprimidas as casas decimais, podendo este facto influenciar os vários subtotais.

2 Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as novas disposições previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março de 2011, a Santa Casa aplica a Norma de Contabilização e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector



Relatório de Atividades e Contas 2021

Não Lucrativo (NCRF-ESNL) do SNC, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 29 de julho de 2015, através do Aviso n.º 8259/2015.

O Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstração Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo – Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de julho e Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI);

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como as quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2021 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2020.

3. Base de Apresentação e Principais Políticas Contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Santa Casa na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Principais políticas contabilísticas:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):



3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Santa Casa continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins (Sustentabilidade).

3.1.2 Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Conceptual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas Demonstrações Financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação comparativa

Pretendeu-se, nas Demonstrações Financeiras, divulgar a informação comparativa com o período anterior, respeitando o Princípio da Continuidade da Santa Casa e procurando que as políticas contabilísticas fossem levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo. Ver nota 2.3.



3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição ou de produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os Ativos que foram atribuídos à Instituição a título gratuito encontram-se mensurados pelo Valor Patrimonial Tributário.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com a manutenção e reparação dos ativos são registados como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Pelo regime de depreciações utilizado anteriormente revelar efetuar uma estimativa de vida útil adequada, mantiveram-se as taxas até aqui utilizadas, extraídas da legislação fiscal.

Ativo Fixo Tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	Entre 16 e 50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento básico	Entre 3 a 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 3 a 8 anos

É procedimento da Instituição depreciar a 100% os ativos fixos tangíveis e intangíveis de reduzido valor, inferior a mil euros, dada a sua imaterialidade.



Os gastos de conservação e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhoras significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, extraído da legislação fiscal.

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de Computador	Entre 3 a 6 anos

3.2.3 Bens do Património Histórico e Cultural

Não existem bens do Património Histórico e Cultural.

3.2.4 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.



Relatório de Atividades e Contas 2021

Na data de relato, as Provisões foram revistas na data do balanço e ajustadas, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota.

Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.5 Imparidade de Ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

3.2.6 Locações

Não existem contratos de locação.

3.2.7 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento. A Entidade adota como método de custeio dos Inventários o Custo Médio Ponderado, em sistema de inventário permanente. No ponto 6 deste anexo refere a política de reconhecimento dos bens doados.

3.2.8 Rendimentos e gastos

O rendimento é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou, a receber.

O rendimento proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;



- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensuráveis com fiabilidade.

O rendimento proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rendimento proveniente das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rendimento de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

A Santa Casa da Misericórdia da Calheta é uma pessoa coletiva de utilidade pública, sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. Encontra-se isenta de IRC.

3.2.10 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Créditos a receber e outros ativos correntes

Os "Créditos a receber" e os "Outros ativos correntes", encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estes se encontram reconhecidos, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.



Relatório de Atividades e Contas 2021

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros encontram-se com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas a registada em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas registadas pelo seu valor nominal

Financiamentos Obtidos

Não existem empréstimos junto de instituições bancárias ao longo de todo o exercício, sendo que os gastos apresentados como comissões bancárias correspondem a comissões de serviços.

Caixa e depósitos bancários

Os valores inscritos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e os depósitos bancários e outros que possam ser imediatamente mobilizados sem risco significativo de alterações de valor.

Devem se indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras ativos correntes» e «Outros passivos correntes» e «Diferimentos» do balanço.

Classificação de fundos patrimoniais e passivo

Os passivos financeiros e os fundos patrimoniais são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.



3.2.11 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos e inclui o resultado líquido acumulado.

As "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais" são compostas por fundos atribuídos por terceiros e por fundos acumulados e outros excedentes.

3.2.12 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, diuturnidades, feriados, subsídio de turno e de transporte, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais deliberadas pontualmente pela Mesa Administrativa.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Instituição, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.13 Subsídios à exploração e outros

Estes subsídios são reconhecidos, sempre que possível, como rendimento do próprio período independentemente da data do seu recebimento.

3.2.14 Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos quando contratualizados em Fundos Patrimoniais, e a Instituição se compromete a cumprir com todas as obrigações decorrentes dos contratos firmados. São refletidos no resultado com a imputação de acordo com a depreciação do ativo ao investimento.

3.2.15 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Santa Casa da Misericórdia da Calheta.



Os acontecimentos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço são divulgadas nas demonstrações financeiras, se forem consideradas materiais.

3.2.16 Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas em conformidade com as NCRF-ESNL, foram efetuados juízes de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, e fundos patrimoniais, assim como as quantias relatadas de rendimento e gastos incorridos relativos aos períodos reportados.

Todas as estimativas efetuadas pela Instituição foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- Férias e subsídio de férias;
- Subsídios à exploração;
- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Registo de imparidades aos valores do ativo, nomeadamente de clientes.

3.2.17 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, exceto quanto ao descrito no ponto 2.3.

4. Investimentos

4.1. Bens do domínio público

As Demonstrações Financeiras não refletem quaisquer efeitos resultantes do usufruto de "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público.

4.2. Bens do património histórico, artístico e cultural

A Instituição não possui nem usufrui de quaisquer bem do património histórico, artístico ou cultural.

4.3. Ativos fixos tangíveis

- a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.



Relatório de Atividades e Contas 2021

- b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos	31-12-2020	Adições	Abate Alienação	Transferências	31-12-2021	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	446 643				446 643		446 643
Edifícios e outras construções	8 106 232		82 930	1 027	8 022 275	2 414 991	5 607 284
Equipamento básico	756 664	3 154	135 667		624 151	597 396	26 755
Equipamento de transporte	306 309	33 000	30 136		309 173	282 773	26 400
Equipamento administrativo	163 484	5 453	9 020		159 917	159 396	522
Outros ativos fixos tangíveis	76 364	1 535	2 546		75 353	74 132	1 221
Ativo Bruto	9 855 696	43 142	260 299	1 027	9 637 512	3 528 687	6 108 825
Obra L.N.S. Estrela	79 845	718 753		1 741	796 857		796 857
Obra L.N.S. Conceição	0	12 781			12 781		12 781
Obra Centro Saúde	0	1 027		1 027	0		0
TOTAL	9 935 540	775 703	260 299	3 794	10 447 150	3 528 687	6 918 463

As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, e a vida útil determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

As depreciações no montante total de 329 713 euros foram reconhecidas na rubrica «gastos de depreciação e amortização».

Realizaram-se abates dos ativos fixos tangíveis no valor de 177 369.

Ativos fixos tangíveis	31-12-2020	Depreciações	Abate	31-12-2021
Edifícios e outras construções	2 123 522	291 470		2 414 991
Equipamento básico	717 403	15 660	135 667	597 396
Equipamento de transporte	298 350	14 558	30 136	282 773
Equipamento administrativo	162 784	5 631	9 020	159 396
Outro Ativos fixo tangíveis	74 284	2 393	2 546	74 132
TOTAL	3 376 343	329 713	177 369	3 528 687



Relatório de Atividades e Contas 2021

A obra de Remodelação e Ampliação do Centro de Saúde da Calheta-Hospital conclui-se em 31-07-2020 com o auto receção da obra. O custo total foi de 4 430 471 euros, passando de “obra em curso” para “ativos fixos tangíveis” em 2020. A sua inauguração foi em 17-09-2020.

Em 2021 deu-se início a “Obra de Remodelação e Ampliação da ERPI Nossa Senhora da Estrela”. Em 31-12-2021 permanece em Investimentos em Curso, o valor de 796.857 euros referente a referida obra.

Em 2021 precedeu-se a algumas reparações no Lar de Nossa Senhora da Conceição, registando-se em Investimentos em curso o valor de 12.781 euros.

Não existe quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos.

5. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.

As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2020 e 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos	31-12-2020	Adições	Abate Alienação	Transferências	31-12-2021	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Ativos intangíveis	7 822				7 822	7 822	0
TOTAL	7 822	0	0	0	7 822	7 822	0

Não existe quantias escrituradas de ativos intangíveis cuja titularidade está restringida e quantias escrituradas de ativos intangíveis dados como garantia de passivos.



6. Inventários

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando o custo médio ponderado como fórmula de custeio.

Desde 2019 foi consignado à Farmácia Varela a preparação da medicação, individualizada a cada utente, serviço anteriormente realizado pelas enfermeiras das ERPI's.

O sistema de inventário utilizado é o permanente.

Existem bens, nomeadamente géneros alimentares, oferecidos por particulares ou empresas, que a SCMC os classifica, atribuindo valor de mercado e havendo controlo sobre o seu consumo, ficando os mesmos valorizados nos inventários.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica de "Inventários" e a quantia de inventários reconhecida como gasto do período, detalham-se conforme quadro que se segue:

Designação	31-12-2021	31-12-2020
Existência Inicial	61 246	28 288
Compras	291 786	309 007
Existência Final	44 440	61 246
Gastos no período	308 591	276 049

O custo de mercadoria vendida e matéria consumida (CMVMC) subdividem-se:

Gastos no período	2021	2020
CMVMC		
Géneros Alimentares	139 461	140 279
Medicação e Encargos Saúde	40 873	37 017
Material Higiene e Conforto	96 646	69 259
Material Limpeza	27 061	24 497
Material Escritório/Didático	3 067	3 596
Material Diverso	1 483	1 401
Total	308 591	276 049

Não existe quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos.



Relatório de Atividades e Contas 2021

7. Rendimentos

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes réditos e outros rendimentos:

Rubricas	2021	2020
Prestação de Serviços	836 212	812 764
Quotas	1 560	2 510
Utentes e Comunidade	834 652	810 254
Subsídios, doações e outros	1 655 767	1 583 699
Subsídios do Estado e outros E. Públicos	1 637 810	1 553 362
Subsídios de outras entidades	17 957	30 337
Reversões	69 710	95 577
Outros Rendimentos e ganhos	526 025	478 402
Juros e outros rendimentos	515	1 215
TOTAL	3 088 230	2 971 658

Em **prestação de serviços** estão registados as mensalidades, as participações utentes/familiares em regime de internamento, as participações dos utentes do Centro de Convívio e do Centro Social do Pinheiro. Nesta rubrica estão registadas também os serviços sociais refeições, lavandaria, fraldas e serviço de fisioterapia, bem como as quotizações dos Irmãos da Santa Casa.

Os **subsídios à exploração** são maioritariamente os apoios do Instituto da Segurança Social da Madeira, de acordo com os Acordos de Cooperação celebrados com a Instituição.

Em 2021 houve um aumento de participações mensais do Instituto de Segurança Social no montante de 3,6%, pela resolução n.º 1205/2021 JORAM Série I de 19 de novembro. A Resolução n.º 60/2021 autorizou a prorrogação para o ano de 2021, do prazo de vigência da aplicação da medida de reforço financeiro excecional de 2% relativa às participações financeiras da segurança social.

Em **outros rendimentos e ganhos** regista-se as rendas, nomeadamente os Paços do Conselho – Câmara Municipal da Calheta, Centro de Saúde da Calheta - Hospital e da Conservatória do Registo Civil e Predial da Calheta; as imputações dos subsídios para investimentos; as alienações do ativo fixo tangível; os donativos; a consignação do 0,5% da coleta de IRS, entre outros.

Na rubrica **reversões** encontra-se registado as reversões de perdas por imparidade de investimentos financeiros e de provisões. Mais informação na nota 9.



8. Subsídio e Outros Apoios do Governo

Anualmente é registado os incentivos ao investimento, atribuídos tanto pelo Instituto de Segurança Social, pelo Instituto de Desenvolvimento Regional, como por outras entidades.

Descrição	Total subsídios ao Investimento	Imputação de Subsídios Investimento		
		Total de anos anteriores	Do ano	Por imputar
Subsídios Obra Instituição	2 321 021	1 160 511	46 420	1 114 090
Subsídios Viaturas Seg. Social	71 392	71 392	0	0
Subsídios Viaturas IDR	39 259	39 259	0	0
Subsídios Equipamento Seg. Social	239 298	239 298	0	0
Adrama "Calheta + Social"	198 275	170 676	3 067	24 533
Viaturas Híbridas	35 000	28 000	7 000	0
	2 904 245	1 709 136	56 487	1 138 623
IDR - Lar Estrela	3 184 844	42 855	14 285	3 127 704
IDR - Centro Saúde	3 275 629	162 392	162 392	2 950 845
	6 460 473	205 247	176 677	6 078 549
TOTAL	9 364 718	1 914 383	233 164	7 217 171

Ao analisar o quadro podemos verificar que, aquando da construção do edifício ERPI Nossa Senhora da Estrela e Centro de Dia foi apoiado pelo Governo Regional e pela Segurança Social, no montante de 2 321 021 euros. Anualmente é amortizado o valor de 46 420 euros. Do total de subsídio para as obras realizadas em 1996, ainda encontra-se por afetar aos anos seguintes 1 114 090 euros.

Houve participação da Segurança Social para a aquisição de equipamento básico no valor de 239 298 euros entre os anos de 1996 e 1999.

Foi apoiado também pela Segurança Social a aquisição de equipamento transporte no valor de 71 392 euros entre os anos de 1994 e 2010.

Em 2014 foi aprovada candidatura ao Instituto de Desenvolvimento Regional – IDR, para aquisição de uma viatura adaptada a pessoas com mobilidade reduzida no valor de 39 259 euros.

A candidatura ao investimento para remodelação da cozinha e lavandaria da Instituição em 2014, foi aprovada pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), no montante de 198 275 euros.

Em dezembro de 2016 foi atribuído um apoio financeiro eventual, no montante de 35.000 euros, pelo Instituto de Segurança Social da Madeira, para a aquisição de duas viaturas ligeiras híbridas, de cinco lugares, adquiridas em 2017.



Relatório de Atividades e Contas 2021

Durante o ano de 2017 foram feitas 2 candidaturas ao Instituto de Desenvolvimento Regional – IDR. Uma para “Obra de Remodelação e Ampliação do Centro de Saúde da Calheta” e outra para a “Obra de Remodelação e Ampliação da ERPI de Nossa Senhora da Estrela”.

Em 18-08-2017 foi aprovada a candidatura n.º “M1420-08-4842-FEDER-000002” para as “Obras de Remodelação e Ampliação da ERPI Nossa Senhora da Estrela” no montante de 2 307 758,68 euros, comparticipada em 85% do valor elegível do investimento. Em 04-07-2019 foi aprovada uma reprogramação desta candidatura e o montante do apoio passou para 3 184 843,75 euros.

Em 24-11-2017 foi aprovada a candidatura n.º “M1420-08-4842-FEDER-000004” para as “Obras de Remodelação e Ampliação do Centro de Saúde da Calheta”, no montante de 2 725 922,43 euros, apoiada em 85% do valor elegível do investimento. Em 04-02-2019 foi aprovada a reprogramação e o montante do apoio passou para 3 275 629,05 euros. Em 21-09-2020, após a conclusão dos trabalhos, foi solicitada uma nova reprogramação final para 3 821 289,56 euros, onde incluímos os trabalhos adicionais, os trabalhos complementares e a revisão de preços. Continuamos a aguardarmos por parte do Instituto Desenvolvimento Regional a sua aprovação.

9. Provisões, Passivos e Ativos Contingentes

As provisões estão reconhecidas tendo em conta o parágrafo 13 da NCRF 21:

- a) A entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- b) Seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos necessário para liquidar a obrigação;
- c) Possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Em 2021 não foi reconhecido nenhum reforço para provisões.

Em 2020 registou-se Provisões no montante de 44 773 euros para fazer face as custas de processo n.º 219/19.0BEFUN reclamação da Empresa JRS, no procedimento de contratação pública, referente a “Obra Remodelação e Ampliação da ERPI Nossa Senhora da Estrela”. Em 2021 foi pago o valor de 30 549 euros relativo ao referido processo, mantendo-se em Provisões 14 224 euros.

10. Imposto Sobre o Rendimento

A Instituição encontra-se isenta de IRC – Publicado no Diário da República – III série, n.º 6, de 8 de Janeiro de 1992, tanto na atividade económica principal, CAE 87301 –



Relatório de Atividades e Contas 2021

Atividades apoio social para pessoas idosas com alojamento, como nas atividades secundárias, nomeadamente CAE 88990 – Outras atividades de apoio social sem alojamento e CAE 86906 Outras atividades de saúde humana.

11. Instrumentos Financeiros

11.1 Outros créditos, ativos e passivos não correntes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de outros créditos e ativos não correntes e outras dívidas a pagar apresentavam a seguinte decomposição:

Investimentos Financeiros	2021	2020
Outros créditos e ativos não correntes	6 684	7 341

Na rubrica outros créditos ativos não correntes são registadas as entregas efetuadas pela Santa Casa ao Fundo Compensação Trabalho (FCT), nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto. Não existe ativos dados como garantia.

11.2 Fornecedores, outros passivos correntes e créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de fornecedores, outros passivos correntes e créditos a receber, apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2021			31-12-2020		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	TOTAL	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	TOTAL
Ativos						
Clientes e utentes	90 338	62 114	28 223	137 206	122 868	14 338
Outros ativos correntes	3 388 387	58 572	3 329 814	3 381 471	58 572	3 322 899
TOTAL do ATIVO	3 478 724	120 687	3 358 037	3 518 677	181 441	3 337 237
Passivo						
Fornecedores Curto prazo	44 351		44 351	56 224		56 224
Outras contas a pagar	626 657		626 657	448 506		448 506
TOTAL do PASSIVO	671 008	0	671 008	504 730	0	504 730
TOTAL LÍQUIDO	2 807 716	120 687	2 687 029	3 013 947	181 441	2 832 506

Passamos a analisar mais detalhadamente a informação contida no quadro anterior.

Os valores referentes a "Outros ativos correntes" dizem respeito a:

Outros ativos correntes	31-12-2021	31-12-2020
Juros a receber	0	667
Receltas diferidas	20 604	8 872
Serviço Regional Saúde	121 723	77 059



Relatório de Atividades e Contas 2021

Dívidas de utente	72	204
A receber IDR Lar Estrela	2 933 946	3 078 201
A receber IDR Centro Saúde	163 782	163 782
A receber IDR Proj.+ Cuidador	108 508	
Inst. Seg. Social PO APMC	2 915	4 315
Outros Devedores - Fisioterapia	36 837	48 370
TOTAL	3 388 386	3 381 471
Imparidade Centro Saúde	-58 572	-58 572
TOTAL	3 329 814	3 322 899

Em relação ao passivo com o Serviço Regional de Saúde, em reunião com a tutela foi referido a continuação do pagamento da renda do Centro de Saúde da Calheta, o que não veio a acontecer após o início das obras, desde abril de 2019. Em 2020 foi criada imparidade relativo a referida renda, durante o período da realização da obra (abril 2019 a julho 2020).

Em 2021 foram efetuadas tentativas no intuito de agendar reuniões com o objetivo de formalizar a atualização da renda do Centro de Saúde, não tendo sido possível a sua concretização.

Foi solicitada a atualizado do valor patrimonial do Centro de Saúde junto da Autoridade Tributária.

Os valores referentes a “*Outros passivos correntes*” correspondem a:

Outros passivos correntes	31-12-2021	31-12-2020
Fornecedores de Investimento (a*)	105 339	9 447
Férias e subsídio férias	225 404	230 041
Despesas diferidas (b*)	11 225	30 582
Caução	20 153	0
Dívidas a pessoal especializado	2 391	1 514
Dívidas a utentes (c*)	157 852	143 132
UMP	360	300
Parcerias outras Instituições (PEA)	20 194	8 595
Fundo Emergência Ação Social (FEAS)	82 690	24 748
Outras Operações - Sindicato	0	148
Escola Enfermagem	1 050	0
TOTAL	626 657	448 506

(*a) A instituição não possui dívidas a terceiros superiores a um ano, o valor é relativo a faturação de dezembro de 2021 da Obra da Estrela.

(*b) Despesas referente a 2021, faturadas em 2022.

(*c) Corresponde ao saldo líquido que resulta de parte das pensões deduzidas das despesas pessoais/extraordinárias dos utentes.



Relatório de Atividades e Contas 2021

11.3 Reconhecimento das perdas por imparidade dos créditos a receber

No reconhecimento das perdas por imparidade de créditos a receber, o cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida e a expectativa de recuperabilidade dos saldos.

Perdas por Imparidade acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida cliente	2021	2020
Até 12 meses	9 296	5 990
De 13 a 24 meses	5 990	73 790
Superior a 25 meses	46 828	43 088
TOTAL	62 114	122 868

Descrição	Perdas por imparidade do período	Reversões de perdas por imparidade do período	TOTAL
Imparidade/Reversões clientes	9 296	69 710	60 414
TOTAL	9 296	69 710	60 414

11.4 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentavam a seguinte decomposição:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2021	31-12-2020
Ativos		
Caixa	2 407	2 235
Depósito à ordem	1 530 930	971 387
Outros depósitos bancários	1 055 002	1 705 060
TOTAL	2 588 339	2 678 681

Verificou-se um aumento no valor de depósitos à ordem, atendendo aos trabalhos em curso da “Obra de Remodelação e Ampliação da ERPI da Estrela”. Além disso a taxa de juro não justifica a sua aplicação financeira.

12 – Fornecimentos e Serviços Externos

Os gastos incorridos com fornecimento e serviços externos nos períodos de 2021 e 2020 foram os seguintes:



Relatório de Atividades e Contas 2021

62 - Fornecimento Serviços Externos	2021	2020
Trabalhos especializados	15 441	15 637
Publicidade e propaganda	213	88
Honorários	42 883	36 915
Conservação e reparação	31 252	29 528
Serviços bancários	1 441	1 788
Materiais	7 149	22 631
Eletricidade	42 338	35 517
Gás	31 592	24 482
Gasóleo	14 721	12 554
Água	5 429	8 787
Deslocações e estadas	1 198	824
Rendas e Alugueres	4 123	0
Comunicação	5 379	5 890
Seguros	3 580	3 641
Contencioso e notariado	2 010	1 111
Outros Serviços	1 139	685
Rouparia	563	9 523
Encargos com utentes	2 826	6 838
Subtotal	213 277	216 439

Na rubrica “Trabalhos Especializados” foi adquirido programa informático para estimulação cognitiva dos utentes à empresa Sioslife.

Na rubrica “Rendas e Alugueres” houve custos no valor de 4 123 euros. O valor de 1.000 euros relativo ao arrendamento de um espaço (Loja D) situado no Centro Comercial das Laranjeiras, desde agosto de 2021, para armazenar os alimentos do “POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas” e o valor de 3.123 euros relativo aquisição de viatura ligeira AI-00-RQ, adquirida em agosto de 2021, através de contrato de Renting, renda mensal fixa, destinado ao Projeto + Cuidador.

13. Benefícios dos empregados

Os gastos com o pessoal, incorridos nos períodos de 2021 e 2020 foram os seguintes:

63 - Gastos com o pessoal	2021	2020
Remunerações do pessoal	1 520 627	1 392 948
Encargos sobre remunerações	310 924	281 205
Seguro acidentes trabalho	17 024	12 515
Outros gastos com o pessoal	15 275	7 711
TOTAL	1 863 851	1 694 378



Relatório de Atividades e Contas 2021

A rubrica «Outros gastos com o pessoal» inclui gastos com a medicina no trabalho, com formação, com vestuário e calçado e com oferta de Natal e outras atividades com os colaboradores.

Os Órgão Sociais não são remunerados, apenas em situações pontuais são ressarcidos das despesas com os km percorridos, designadamente, quando utilizam as viaturas pessoais nas deslocações em representação da Instituição.

14 – Outros Gastos

Os outros gastos incorridos nos períodos de 2021 e de 2020 foram os seguintes:

68 - Outros gastos e perdas	2021	2020
Quotizações	1 340	1 220
Gastos em Alienação	8 967	0
Gastos Projetos	1 050	0
Outros	3 305	1 933
Subtotal	14 662	3 153

Os Gastos com Alienação é a rubrica que apresenta valor mais significativo em “outros gastos”, corresponde aos Serviços da Imobiliária na alienação do prédio Urbano situado na Freguesia do Campanário, Concelho da Ribeira Brava.

15. Outras Informações

15.1 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e outros entes públicos	2021	2020
Ativos		
Restituição do IVA	3 936	6 153
Total	3 936	6 153
Passivo		
Retenção de imposto sobre rendimento	7 038	4 463
Contribuições para a Segurança Social	35 324	30 329
Fundo Compensação	307	277
Total	42 668	35 069

Tendo em conta a Lei n.º 64-B/2011 artigo 179.º, n.º 2, e o Decreto-Lei n.º 84/2017 de 21 de julho, as Instituições Particulares de Solidariedade Social têm direito à restituição de um montante equivalente, a 50% do IVA suportado relativo às operações previstas na alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro.



Relatório de Atividades e Contas 2021

Deste modo a Instituição tem a receber de restituição de IVA de géneros alimentares, o valor de 3 936 euros.

Os valores em dívida em 31 de dezembro de 2021 refere-se a retenção de imposto sobre o rendimento, as contribuições para a segurança social e ao fundo de compensação, relativo ao mês de dezembro de 2021, pago em janeiro de 2022.

15.2 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	31-12-2021	31-12-2020
Ativos - Gastos a reconhecer		
Seguro automóvel	909	913
Seguros de instalações	184	184
Diário Notícias	54	246
Jornal Madeira	110	110
Truly Nolen	94	48
Seguro Acidentes Trabalho	1 219	1 219
Seguro Voluntariado	96	0
Acingov	0	411
TOTAL	2 666	3 130

15.3 Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Fundos patrimoniais	31-12-2021	31-12-2020
Fundos	4 426 576	4 084 277
Reservas	25 574	25 574
Outras variações de fundos patrimoniais	7 285 169	7 601 263
Resultado líquido do período	348 840	342 299
TOTAL	12 086 158	12 053 412

Por decisão da Assembleia Geral no dia 02-05-2021, foi aprovado passar para Fundos, o resultado positivo do exercício de 2020, no valor de 342 299 euros.

Em relação a composição das *outras variações de fundos patrimoniais* ver também nota 8.



Relatório de Atividades e Contas 2021

Outras variações de fundos patrimoniais	31-12-2021	31-12-2020
Subsídios ao Investimento		
Subsídios Obras (1996)	1 114 090	1 160 511
Subsídios Calheta + Social (Adrama-IFAP)	24 533	27 599
Viaturas Híbridas	0	7 000
Subsídios IDR Lar Estrela	3 127 704	3 141 989
Subsídios IDR Centro Saúde	2 950 846	3 113 237
Subtotal	7 217 172	7 450 336
Doações	67 997	150 927
TOTAL	7 285 169	7 601 263

Houve diminuição do valor das doações, devido a alienação em 2021 do prédio U 2072, situado na Freguesia do Campanário, Concelho da Ribeira Brava.

15.4 – Divulgações exigidas por diplomas legais

A Mesa Administrativa informa que a Instituição não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Mesa Administrativa informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários em 2021 dos revisores oficiais de contas foram de 4 000 euros (a acrescer IVA), referentes a serviços de revisão legal de contas.

15.5 – Eventos subsequentes

Em 2021 continuou o Estado de Emergência em todo o território nacional, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade, ocasionada pelo COVID-19, qualificada como uma pandemia internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 11 de março de 2020.

O impacto desta situação sobre a economia regional foi drástico e, inclusive, nos casos mais graves, condicionou ou limitou os recursos mínimos garantes da sobrevivência e das condições básicas de vida dos segmentos mais carenciados da população.

Considerando este facto relevante e a sua continuação em 2022, nomeadamente na afetação nos utentes e colaboradores da Instituição, justifica-se a sua divulgação mas não a alteração das demonstrações financeiras relativo ao ano de 2021.

As atividades de apoio social para pessoas com alojamento - ERPIS, e o apoio social para pessoas sem alojamento - Serviço do Apoio Domiciliário, mantiveram o seu funcionamento em 2021, continuado em 2022, com as devidas restrições e cuidados.



Relatório de Atividades e Contas 2021

Houve a necessidade de encerrar durante os primeiros 5 meses de 2021, o Centro Convívio da Estrela e o Centro Social do Pinheiro. No primeiro trimestre de 2022, todas as respostas sociais desenvolveram-se em normalidade.

Assim, após as vagas ocorridas anteriormente, cujos impactos foram reconhecidos e divulgados, atualmente assistimos a retoma progressiva da atividade, com o levantamento gradual das restrições, esperando-se assim uma diminuição do impacto e evolução futura da pandemia.

Não obstante esta evolução favorável, a Santa Casa continua a adotar um conjunto de medidas tendentes a minimização dos riscos, considerando que as atuais circunstâncias não colocam em causa a continuidade das suas operações.

Em 2020 houve um Procedimento de Inspeção Interna motivada pelo pedido de restituição de 50% do IVA suportado na Obra do Centro de Saúde, no qual a Autoridade Tributária não reconhecia à Instituição o direito ao seu reembolso, no valor de 366 197 euros.

A Santa Casa apresentou recurso e neste momento aguardamos decisão do Tribunal.

Em relação às “Obras de Remodelação e Ampliação do Centro de Saúde”, em 2020 foram apresentadas trabalhos adicionais e complementares. Foi pedido ao IDR a possibilidade de comparticipação nas referidas despesas, não tendo neste momento a confirmação desse apoio.

A invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro 2022 deu início a um conflito com impactos devastadores que podem afetar as entidades a nível global e com elevado grau de incerteza.

Apesar de a nossa entidade não ter qualquer exposição direta, nomeadamente relações com entidades sediadas nos países envolvidos os sobre as sanções daí resultantes temos analisado regularmente os efeitos colaterais deste conflito, com destaque nas repercussões nos preços e disponibilidade das matérias-primas, energia e outros aspetos comerciais ou tecnológicos.

Sendo o desenvolvimento, a duração e consequências deste conflito imprevisível consideramos que as atuais circunstâncias não colocam em risco a continuidade das operações da Santa Casa.

15.6 – Data de Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 31 de março de 2022.

Propomos que o resultado positivo do exercício de 2021, no valor de 348.840 euros, seja transferido para a rubrica “Fundos”.



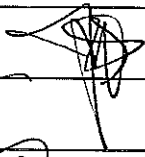
Relatório de Atividades e Contas 2021

Calheta, 31 de março de 2022


Contabilista Certificado n.º 12063 (M^ª Conceição R. Silva Sousa) 

Mesa Administrativa

Provedor (José Mário de Sousa Nunes) 

Vice Provedor (José Basílio Azevedo Santos) 

Secretário (Manuel Luís Sousa Serrão) 

Tesoureiro (Norberto Miguel Sousa Sardinha) 

Vogal (Ana Maria Freitas Nóbrega) 